



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase Envelhecimento.

ENVELHECIMENTO: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SERVIÇO SOCIAL

Marcela Januário Piveta da Costa¹

Resumo: A pesquisa analisou as produções bibliográficas referentes à temática idoso e envelhecimento, especificamente no periódico “Serviço Social & Sociedade”, com vistas à identificação dos principais assuntos abordados e análise dos artigos relacionados ao processo de envelhecimento. Para tanto, privilegia como metodologia a análise da produção bibliográfica da revista em questão, que tratou sobre o tema idoso, no período de 1993 a 2016.

Palavras-chave: Idoso. Envelhecimento. Produção Científica. Políticas Públicas.

Abstract: The research analyzed the bibliographical productions related to aging and aging, specifically in the "Social and Society" journal, with a view to identifying the main issues addressed and analyzing the articles related to the aging process. In order to do so, it privileges as a methodology the analysis of the bibliographic production of the magazine in question, which dealt with the elderly theme, from 1993 to 2016.

Keywords: Old man. Aging. Scientific production. Public policy.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo fora produzido como requisito para a conclusão do curso de Pós-Graduação na Faculdade Paulista de Serviço Social, em São Paulo, no ano de 2018.

As reflexões aqui postas buscam contribuir com a produção bibliográfica referente ao tema. Delimitamos o período entre 1993 até 2016, pois iremos avaliar a discussão sobre a temática envelhecimento e/ou idoso anterior e posterior à promulgação do Estatuto do Idoso. Pelos limites do artigo, optou-se pela análise do maior periódico de Serviço Social do Brasil, Revista Serviço Social & Sociedade, mas, em outro momento, podemos ampliar o escopo bibliográfico.

Com a evolução da sociedade, período esse em que surgem novos meios de produção, os problemas relacionados aos idosos não são recentes nas sociedades ocidentais. Não obstante, é a partir da Revolução Industrial que o problema se agrava, essencialmente no processo de urbanização e industrialização, cujos contornos da “questão social” passaram a ser delineados. Nesse sentido, os “improdutivos”, tal como deficientes, idosos, portadores de doenças de ordem mental, tornaram-se paulatinamente invisíveis em uma sociedade assentada na exploração do trabalho.

¹ Profissional de Serviço Social, Faculdade Paulista de Serviço Social, E-mail: mahpivetacosta@hotmail.com

Ainda na Idade Média, os idosos eram em pequeno número e tinham uma vida de exclusão social², cuja população dependia da ajuda de familiares ou de terceiros para garantir sua sobrevivência, pois muitos não tinham o mínimo de condições financeiras e até mesmo físicas para adquirir os meios para sua subsistência ou suprimento de suas necessidades, devido à falta de emprego para essa população e de avanços na área da saúde que lhe proporcionassem melhores condições de vida.

O envelhecimento como expressão da “questão social³”, no Brasil, terá uma maior atenção do Estado com o modo de produção capitalista, mais especificamente no capitalismo monopolista, onde teremos o Estado no incremento de políticas públicas universais. Será a partir do envelhecimento que teremos o processo de aposentadoria ou de uma “mão de obra inútil para o capital” e, com isso, o processo do envelhecimento se torna expressão da “questão social”.

Frente à realidade intitulada processo econômico, como ressalta TEIXEIRA (2008), o envelhecimento torna-se um problema social com “à vulnerabilidade em massa dos trabalhadores, principalmente, quando perdem o valor de uso para o capital, desprovido de rendas de propriedades, dos meios de produção, de acesso à riqueza socialmente produzida, capaz de proporcionar uma velhice digna”. (p. 77)

Salienta TEIXEIRA (2008) “que é para os trabalhadores envelhecidos que essa etapa da vida evidencia a reprodução e a ampliação das desigualdades sociais” (p. 41). A partir do momento em que ocorre o envelhecimento do trabalhador e esse indivíduo se vê em casa, começa a sentir-se improdutivo, pois não há uma ocupação que o faça sentir-se útil, propiciando, essa realidade, mais facilmente ao surgimento de problemas psicológicos, e outros problemas de saúde.

O processo de envelhecimento nas últimas décadas é crescente e, com ele, as preocupações em relação à qualidade de vida do idoso ganham notoriedade. Daí a necessidade de pesquisar essa realidade.

A expectativa de vida dos idosos deve-se a um melhor atendimento das políticas públicas, de saúde, sociais e previdenciárias. Esse fato não significa que é totalmente satisfatório, mas que obteve uma melhora com o passar do tempo. Para que possamos ter essas políticas públicas adequadas, precisamos, conforme destaca TEIXEIRA (2008), “das pressões sociais das lutas que congregam e adensam reivindicações, trazendo à

² A exclusão social ocorre quando pessoas ou grupos sociais se encontram em situação de risco e vulnerabilidade, que estão fora da vida social, sem possibilidade de participação na sociedade.

³ A “questão social” tem seu núcleo essencialmente fundado pela “lei geral da acumulação capitalista”. Isso significa dizer que a gênese da “questão social” é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital. Esse processo remete à incorporação permanente de inovações tecnológicas pelos capitalistas, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho social e a diminuição do trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias. (SANTOS, 2012, p.26)

cena pública a problemática – ou como esta é interpretada e legitimada pelos sujeitos públicos -, transformando-a em demanda política” (p. 42). Ou seja, essa “problemática social” só terá maior notoriedade se houver a mobilização da sociedade, ou se for de interesse político por parte do Estado, pois somente a apresentação dos dados estatísticos não são satisfatórios.

O sistema de proteção social para tratar do idoso surgirá com a seguridade social, por meio da Constituição Federal de 1988. No Brasil, existem leis que garantem os direitos aos idosos, dentre as quais as que mais se destacam são a Política Nacional do Idoso (PNI) e o Estatuto do Idoso.

A PNI considera idosa a pessoa com sessenta anos ou mais. Nessa política, consta no art. 3º, parágrafo I, que é dever da família, da sociedade e do estado garantir ao idoso os seus direitos como cidadão. O Estatuto do Idoso foi decretado e sancionado em 1º de outubro de 2003, pela lei 10.741. Esse, além de garantir os direitos assegurados pela PNI e pela Constituição, decreta e sanciona novas leis para acabar com a discriminação contra os idosos, além de prever penas para as pessoas que cometem maus-tratos contra essa população.

Observa-se o longo período entre a promulgação da Constituição Federal/1988, a Política Nacional do Idoso em 1996 e o Estatuto do Idoso em 2003. Esse fato nos leva a concluir o descaso do Estado com essa temática e que, com o malgrado os avanços, temos muito a evoluir para uma velhice com qualidade de vida.

Esses avanços nas legislações específicas para os idosos trouxeram para o Serviço Social uma orientação quanto ao trato da temática envelhecimento. Como profissionais, podemos nortear um olhar mais crítico aos casos atendidos e um maior comprometimento, já que temos uma legislação que ampara essa parcela da população, porém ainda necessitamos de serviços adequados para atender os idosos, pois os que existem não são suficientes.

A atuação do Serviço Social com pessoas no processo de envelhecimento está intrínseca aos primórdios da profissão, período em que a “questão social” era tratada pela via da naturalização, moralização e psicologização. Nesse início, tínhamos as visitadoras domiciliares que tinham por objetivo, conforme apresenta ORTIZ (2010.p. 125), adentrar os lares operários para elucidar “diagnóstico social”. Elas tinham por função eleger, por meio de averiguações nos lares, se a família possuía ou não os critérios para fazer jus a algum bem ou serviço social.

Observa-se um grande número de produções científicas voltadas à infância, à adolescência, à fase adulta, porém pouco se discute sobre o idoso. Embora muitos profissionais atuem na área, temos uma baixa produção. O dito: “na prática a teoria é outra” talvez ainda seja uma máxima presente nos profissionais. Assim, ainda falta muito

conhecimento teórico para que ocorra uma produção. Pode ser também que o cotidiano nos ambientes de trabalho, onde a população atendida é constituída de idosos, seja tão intenso que não conseguem tempo para produzir.

A pesquisa envolverá um levantamento bibliográfico da revista Serviço Social & Sociedade, da editora Cortez, que trata sobre o tema envelhecimento e/ou idoso, no período de 1993 a 2016. Ela será realizada com o intuito de levantar uma reflexão quanto à importância de pesquisas científicas, planejamento orçamentário e de políticas públicas, além de averiguar se a família está preparada para cuidar dos idosos.

2 A importância da produção científica no âmbito profissional e para a sociedade

A produção científica é um processo contínuo, dinâmico, que envolve a descoberta e a alteração do conhecimento, a comprovação de modelos e teorias e está sempre em fase de ampliação, comprovação e reformulação. Busca, acima de tudo, partilhar seus resultados com a comunidade científica e a sociedade, como forma de democratização do conhecimento (Witter apud DAWALIBI; Nathaly Wehbe. et al; 2013, p.395). Ela ocorre em todas as categorias profissionais, desde a graduação até a atividade profissional propriamente dita. Se a produção científica fosse trabalhada com afinco na graduação, certamente teríamos uma classe profissional mais dedicada à pesquisa.

No processo formativo do Serviço Social, estudamos que a teoria e a prática devem sempre estar juntas em nosso fazer profissional, que ambas não se separam. Conforme ressalta Battini (2014), a atitude investigativa é uma exigência da própria intervenção profissional do Assistente Social. A mesma autora destaca que “imbricada na prática investigativa está a referência teórico-metodológica, que baliza os caminhos para a construção do concreto pensado e subsidia decisões e estratégias no exercício profissional, contribuindo para uma prática crítica [...]”.

De acordo com Battini (2014), a produção científica, no fazer profissional do Assistente Social, irá contribuir para uma melhor instrumentalização no exercício da função, no espaço da prática profissional.

Nesse sentido, o profissional estará contribuindo para o seu conhecimento teórico-metodológico e resgatando “seu significado teórico-prático, aplicando-os com um novo sentido, que contribuirá para a não reificação da sua prática”. (BATTINI, 2014, p. 74).

A pesquisa científica é um equipamento muito importante para a sociedade, pois pode contribuir com a construção de políticas públicas que atendam questões específicas e colaborem para melhorar a qualidade de vida da população.

Por a pesquisa científica ser essencial para o conhecimento teórico-metodológico e contribuir com a práxis profissional, a seguir, iremos apresentar a pesquisa bibliográfica realizada na Revista Serviço Social & Sociedade, entre os anos de 1993 à 2016.

Decidimos escolher esse período, por ser anterior e posterior à promulgação do Estatuto do Idoso, que ocorreu em 2003.

3 A pesquisa

O periódico publica 03 exemplares anualmente. Entre o período pesquisado, analisamos 72 revistas, sendo que encontramos artigos sobre o tema idoso e/ou envelhecimento em apenas 07 revistas, com um total de 20 artigos. A editora publicou ao longo desse período apenas dois exemplares especiais que tratam do tema, porém um desses é parcialmente sobre o envelhecimento.

A numeração e o ano de publicação das 07 revistas que tratam do tema idoso e/ou envelhecimento são: revistas nº 73 e 75, sendo essa última especial, ambas do ano de 2003; revista nº 81 de 2005; revistas 93 e 96, ambas de 2008; revista nº 102 de 2010; e revista nº 126 de 2016.

Os temas abordados são bem diversificados, totalizando 20 artigos, o que demonstra que os pesquisadores estão sempre à procura de assuntos novos. Os principais temas abordados são: Reforma previdenciária (Revista nº 73 e 81); Longevidade (Revista nº 75); Envelhecimento (Revista nº 75); Velhice (Revista nº 75); Educação para a cidadania (Revista nº 75); Conselho do idoso (Revista nº 75); Cuidadores familiares (Revista nº 75); Sexualidade no envelhecimento (Revista nº 75); Envelhecimento e autonomia (Revista nº 75); Trabalho (Revista nº 75); ILPI (Revista nº 75); Resiliência (Revista nº 93); BPC (Revista nº 96); Saúde (Revistas nº 102 e 75); Proteção Social (Revista nº 126); Política Pública – Portugal (Revista nº 126); Idoso e capitalismo (Revista nº 126); Tecnologias de comunicação (Revista nº 126).

Os principais temas abordados por Assistentes Sociais são: Reforma Previdenciária (nº 73), Envelhecimento Populacional (nº 75), Educação para a Cidadania (nº 75), Conselho do Idoso (nº 75), Cuidadores Familiares (nº 75), Sexualidade no Envelhecimento (nº 75), Resiliência (nº 93), BPC (nº 96), Serviços de atenção à saúde em Barcelona (nº 102), Proteção Social (nº 126) e Política Pública em Portugal (nº 126). São temas importantes para o conhecimento dos assuntos propostos e para a criação de políticas públicas específicas, contudo volto a salientar a necessidade de mais pesquisas científicas.

Dos 20 artigos publicados, observa-se que 07 publicações foram exclusivas de Assistentes Sociais (Revistas nº 73, 75 com 5 artigos e 126) e 04 foram de artigos em conjunto com outros profissionais (Revistas nº 93, 96, 102 e 126). Apesar da existência de publicações sobre o tema, necessitamos de mais artigos sobre o envelhecimento, pois é uma parcela da população que tende a aumentar ao longo dos anos e

consequentemente teremos um aumento nas demandas do Serviço Social. Sendo assim, necessitamos de nos capacitar e aperfeiçoar o conhecimento sobre essa temática.

A seguir iremos fazer uma breve apresentação e análise dos artigos produzidos por Assistentes Sociais.

A revista nº 73 não trata exclusivamente sobre o envelhecimento, porém, ao discutir “O processo de reforma da previdência social pública brasileira: um novo padrão de regulação do estado?”, reforma datada de 1998, trata sobre o tema de forma implícita. Duarte (2003) faz um resgate dos direitos trabalhistas conquistados ao longo desses anos e demonstra a desresponsabilização do Estado no acesso do cidadão aos bens essenciais, transferindo essa responsabilidade ao capital privado. O que essa reforma tem a ver com o tema deste artigo? Ouso dizer que se refere ao futuro da aposentadoria do trabalhador. Nessa Reforma Previdenciária, houve a extinção da aposentadoria proporcional do regime geral. Foi instituída a idade mínima para a aposentadoria de 48 anos para as mulheres e 53 anos para os homens. E ainda tivemos a regra de aposentadoria sem requisito etário, sendo 25 anos de contribuição para as mulheres e 30 anos para os homens.

O periódico nº 75 foi uma publicação especial sobre o tema Velhice e Envelhecimento, publicada em 2003, ano da promulgação do Estatuto do Idoso. Em meio aos 13 artigos publicados, 05 são escritos por Assistentes Sociais. Os temas são bem diversificados e atraentes para adquirir conhecimento. O artigo produzido por Berzins (2003), trata do envelhecimento populacional no Brasil. Em um trecho, ela apresenta que o envelhecimento,

não é um problema, e sim, vitória. Problemas serão as nações desenvolvidas ou em desenvolvimento não elaborarem e executarem políticas e programas para promoverem o envelhecimento digno e sustentável e que contemple as necessidades do grupo etário das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos [...] O desafio é e será incluir na agenda de desenvolvimento socioeconômico dos países, políticas para promover o envelhecimento ativo, possibilitando qualidade aos anos adicionados à vida. Criar condições para fortalecer as políticas e programas para promoção de uma sociedade inclusiva e coesa para todas as idades, reconhecendo o direito à vida, à dignidade e à longevidade deve ser objeto de preocupação dos governantes. (Berzins, 2003, p. 20)

A questão abordada pela autora permanece até os dias atuais, pois continuamos com pouco investimento, por parte do Estado, em políticas públicas e programas sociais voltados à população idosa. Os que existem não são suficientes e necessitam ser aperfeiçoados.

No mesmo periódico, a autora Bruno (2003), apresenta a importância de promover a educação para a cidadania em qualquer etapa da vida do ser humano, em especial junto à categoria de idosos. Ela alude que essa educação para a cidadania pode

ser realizada nas Universidades Abertas à Terceira Idade, Centros de Convivência, grupos de reflexão, entre outros. Torna-se importante ouvir o idoso, refletir sobre a contemporaneidade, fazer com que ele se perceba no tempo presente e possibilitar que projete o tempo futuro. Este artigo nos remete a refletir sobre algo que muitas vezes praticamos em nosso dia a dia, a exclusão do idoso das decisões familiares e até mesmo de sua vida, uma vez que decidimos tudo por ele. O geronto não deve ser um indivíduo esquecido, ele é livre para estabelecer as suas escolhas, desde que esteja em pleno gozo de suas faculdades mentais.

Bredemeier (2003), em seu artigo sobre o conselho do idoso, apresenta o tema como sendo de suma importância à população que possui uma cadeira ativa no conselho, onde podem opinar e votar sobre os assuntos relevantes aos idosos no Município, no Estado ou no âmbito Federal. Já para o Serviço Social, a autora discorre que a atuação do Assistente Social e seu compromisso ético político é um potencial aos conselhos enquanto um espaço de reflexão e de prática.

Na mesma edição, tivemos a autora Karsch (2003) que abordou o tema Cuidadores Familiares de Idosos. Ela argumenta que ser idoso é um fator de risco para as doenças degenerativas e, quando esses são acometidos, necessitam de cuidadores que, na maioria das vezes, são os próprios familiares. A autora apresenta a sobrecarga sofrida por esse familiar, que recebe pouco ou nenhum apoio dos outros familiares. Ele não é amparado por qualquer apoio, serviços externos, ou políticas e programas. Comumente a atenção volta-se apenas ao idoso e o seu cuidador fica no esquecimento, porém ele também necessita de atenção, pois a carga é muito ampla. O cuidador necessita de um momento para si, para realizar atividades de lazer e cuidar de sua saúde física e mental.

O último artigo que gostaríamos de salientar da edição nº 75 é o da autora Salimene (2003), que irá tratar da sexualidade de pessoas que envelhecem com dependência física. Segundo ela, “a relação sexualidade e envelhecimento apresenta-se como um mito sociocultural e, mais ainda, de forte preconceito que impede a sua visibilidade social”. (p.171). Analisa também a importância da equipe de saúde no entendimento de que as alterações sexuais decorrentes do AVC são um dado construído social e psicologicamente, na relação entre o doente e sua companheira cuidadora. Esse tema é um tabu quando tratado no envelhecimento, pois se imagina que o idoso não pratica atividade sexual.

O periódico nº 96, de 2008, possui um artigo que analisa diferentes dimensões do Benefício de Prestação Continuada – BPC. A pesquisa fora realizada com 294 beneficiários, sendo, esses idosos, pessoas com deficiência física e pessoas com deficiência mental. Eles optaram por entrevistar beneficiários que estavam vinculados ao BPC por pelo menos três anos e que tivessem passado ao menos por uma revisão

obrigatória. Os autores ponderaram o perfil de moradia, sexo, raça, estado civil, escolaridade, história profissional, forma de recebimento e utilização dos recursos, como tiveram acesso ao benefício, o efeito do BPC sobre os beneficiários na melhoria da qualidade de vida, sociabilidade associativa e autonomia e se eles usufruíam ou tinham conhecimento de serviços públicos ou organizações privadas em seu bairro. O BPC é um benefício assistencial que tem auxiliado e melhorado a qualidade de vida da população que o necessita. A contribuição junto ao INSS é algo que muitas pessoas fazem apenas se estão exercendo atividade laborativa, em caráter formal, pois ainda existem pessoas que trabalham informalmente e não possuem condições ou não pensam em contribuir junto ao INSS. Todavia, quando envelhecem ou ficam doentes, perdem a capacidade laboral, ficando sem recursos financeiros.

O artigo sobre o envelhecimento, apresentado na revista nº 102, retrata os serviços de atenção à saúde do idoso na cidade de Barcelona (Espanha) e em São Paulo (Brasil). Os autores mencionam que o envelhecimento em Barcelona é bem mais antigo e que sua rede de serviços está voltada à questão biológica do idoso. Já em São Paulo, observa-se um avanço na rede primária de saúde, porém faltam serviços voltados especificamente aos idosos. De acordo com a pesquisa, Barcelona possui mais serviços voltados aos idosos, mesmo sendo uma cidade menor que São Paulo, e, quando a pesquisa foi feita, São Paulo possuía apenas onze serviços ambulatoriais de atenção gerontogeriatrica.

O último periódico analisado que tratou do tema envelhecimento foi o nº 126, publicado em 2016. Nessa revista, temos 04 artigos sobre o tema envelhecimento, sendo que 01 é publicado exclusivamente por Assistente Social e 01 em conjunto com outras categorias profissionais.

No primeiro artigo, intitulado “Envelhecimento e proteção social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal”, a autora apresenta os compromissos firmados pelos governantes nas três Conferências Regionais Intergovernamentais sobre Envelhecimento na América Latina e Caribe, realizadas pela Cepal nos anos 2003, 2007 e 2012.

Silva (2016) faz um recorte sobre as questões de gênero, raça e etnia, relacionadas ao envelhecimento. Ela apresenta a existência de um modo diferente de envelhecer para negros, brancos e indígenas, homens e mulheres, tanto nos aspectos sociais, econômicos e nas condições de vida. Um idoso negro que reside na periferia não terá as mesmas condições de envelhecimento de um idoso branco que reside em uma região abastada, pois existem diferenças nos atendimentos de saúde, na alimentação, nas condições de trabalho, saneamento básico e também na segurança pública. Ao final do artigo, ressalta a importância do cumprimento dos compromissos firmados nas

Conferências, para que tenhamos uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, onde todos possam ter os mesmos direitos, independentemente de faixa etária, sexo e raça.

O segundo artigo do periódico, nº 126, foi intitulado “Cartografia da oferta pública e privada de serviços dirigidos à população idosa em Portugal”. Os três autores são portugueses, o que justifica a análise realizada em Portugal e, dentre eles, dois são Assistentes Sociais. Nesse artigo, problematizam a adequação das políticas de proteção social destinadas aos idosos em Portugal, desde a democratização e a modernização do pós-25 de abril de 1974, período de recessão econômica em Portugal, onde se teve o aumento da despesa pública em política social.

Os autores realizaram a pesquisa no campo das funções sociais, instituições da rede solidária e lucrativa. Ao final, concluíram que existe a necessidade de aumentar a distribuição de equipamentos para as pessoas idosas, mais próximas de suas residências. Eles apresentam ainda um dos desafios que se alocam ao Serviço Social: “colocar-se como agente interseccional numa gestão territorial da ação social que, não deixando de atender aos ditames da sustentabilidade das respostas sociais, a combine com os requisitos de promoção da cidadania e do desenvolvimento social de rosto humano” (Silva, 2016, p. 259). Os autores expõem ainda que o Assistente Social deve ser um avaliador, um proponente e não um mero executor de políticas sociais. Esse é o papel do profissional comprometido com a população e com o projeto ético-político profissional.

O bom atendimento ao idoso não depende apenas do Serviço Social, pois carecemos de estar inseridos nas políticas sociais e equipamentos com qualidade para garantir um bom atendimento. O que podemos observar na atualidade é que já obtivemos muitos avanços no atendimento aos idosos, porém não são suficientes, necessitamos de maiores estudos para a construção de melhores políticas de atendimento e para o conhecimento teórico sobre o tema aqui proposto.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já abordado ao longo deste trabalho, cabe ressaltar a importância da produção científica no âmbito profissional, na disseminação do conhecimento e para a construção de políticas públicas para os idosos.

Conclui-se com a pesquisa a escassez de estudos voltados ao envelhecimento. O estudo desse tema é de suma importância, uma vez que a população idosa só tende a aumentar, como já fora abordado anteriormente.

O estudo sobre os idosos é pouco abordado na formação de Assistentes Sociais, tanto na graduação, quanto na pós-graduação. Na academia, estudamos de modo muito superficial sobre o tema. Esse fato pode justificar a falta de interesse dos profissionais na

realização de pesquisas que possam contribuir com o conhecimento teórico e auxiliar na prática profissional.

No período pesquisado, pode-se observar a escassez de produções científicas sobre o tema proposto. Os autores que produziram os artigos possuem nível de escolarização de Pós-Graduação e isso nos leva a concluir que as produções científicas ocorrem entre os profissionais que estão em universidades, cursando mestrado ou doutorado.

Cabe ainda explicar que a falta de interesse dos profissionais na produção científica voltada aos idosos pode se dar devido ao cotidiano extremamente denso no local de atuação. As instituições, muitas vezes, não incentivam os profissionais para a produção científica e até mesmo não permitem a realização de pesquisa no ambiente de trabalho. Esse fato também é validado pelo excesso de demanda e a escassez de profissionais, o que impede o trabalhador a ter um momento de estudo.

Os artigos aqui pesquisados são de suma importância para o conhecimento teórico e para a atuação profissional, no entanto são poucos perto da imensidão de profissionais que atuam com o segmento idoso.

No período entre 1993 a 2016, o primeiro artigo a explicar sobre o tema foi datado de 2003, um período longo desde a promulgação da Política Nacional do Idoso. Podemos observar que, em 2013, ano em que se completou os 10 anos do Estatuto do Idoso, não obtivemos artigos sobre o tema.

Como já explanado pelos autores pesquisados, há a falta de políticas públicas para o atendimento ao idoso e a sua família; as existentes são insuficientes para o atendimento a uma população que só tende a crescer. Para a construção de políticas públicas que realmente atendam aos interesses da população idosa, torna-se necessária a produção científica para que tenhamos um conhecimento teórico sobre o assunto, para a construção de políticas públicas eficazes, e que norteiem a prática.

Finalizando essa discussão, necessitamos salientar a necessidade de o tema idoso ser analisado dentro de uma perspectiva de totalidade, onde o envelhecimento deva ser analisado para além do campo biológico, como algo a ser discutido por todo o conjunto da sociedade, pois está diretamente relacionado às refrações contemporâneas da “questão social”.

REFERÊNCIAS

- BATTINI, O. Atitude investigativa e prática profissional. In: BAPTISTA, M. V; BATTINI, O. **A Prática Profissional do Assistente Social: teoria, ação, construção do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Veras Editora, 2014, p. 53-78.
- BRASILIA (Distrito Federal). Lei nº.10.741, de 01 de outubro de 2003. **Lex**: Estatuto do Idoso.
- BRASILIA (Distrito Federal). Lei nº. 8.842, de janeiro de 1994. **Lex**: Política Nacional do Idoso.
- DAWALIBI; N. W. et al. **Anais eletrônicos**. Artigo: Envelhecimento e qualidade de vida: análise da produção científica da SciELO. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v30n3/v30n3a09.pdf>> Acessado em 03 de Fevereiro de 2018.
- DUARTE, A. O processo de reforma da previdência social pública brasileira: um novo padrão de regulação do estado? **Serviço Social & Sociedade**, ano 24, n. 73, p. 120 a 141, mar. 2003.
- GÓIS, J. B. H. et al. Avaliação do Benefício de Prestação Continuada: características sociais, proteção social e seus efeitos. **Serviço Social & Sociedade**, ano 29, n. 96, p. 65 a 92, nov. 2008.
- MAGALHÃES, N. C. de; RODRIGUES, V.A.M. Resiliência: um enfoque para a promoção de saúde em idosos. **Serviço Social & Sociedade**, ano 29, n. 93, p. 146 a 169 , mar. 2008.
- MONTANÉS, C. M. et al. A rede de serviços de atenção á saúde do idoso na cidade de Barcelona (Espanha) e na cidade de São Paulo (Brasil). **Serviço Social & Sociedade**, ano 31, n. 102, p. 365 a 386 , abr. 2010.
- ORTIZ, F. GRAVE. O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010. p. 124-126.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. Velhice e Envelhecimento. São Paulo: Setembro, n 75, 2003. 208 p. Edição Especial.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. Envelhecimento e capitalismo. São Paulo: Maio, n 126, 2016.
- SALVADOR, E. Implicações da reforma da Previdência sobre o mercado de trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, ano 26, n. 81, p. 07 a 39, mar. 2005.
- SANTOS, J. S. Elementos para entender a concepção e a gênese da “questão social”. In: _____ **“Questão Social”: particularidades no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2012. cap 1, p.25-47.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento do trabalhador como expressão da questão social e as histórias de respostas da sociedade e do Estado. In: _____.

Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2008. cap. 1, p. 39-121